

NA "LIMPEZA" DE IMPRODUTIVOS DAS CIDADES

LEGALIDADE SERÁ GARANTIDA

N. 15/6/83

Perante o facto de alguns elementos das Forças de Defesa e Segurança terem incorrido, recentemente, em ilegalidades, tais como a não observância do direito constitucional de inviolabilidade de domicílio, em acções de identificação de cidadãos, uma fonte do Ministério do Interior reiterou ontem ser preocupação daquele Ministério manter bem viva a Ofensiva pela Legalidade — detectando e neutralizando infiltrados nas FDS — mesmo e especialmente no decurso da operação destinada a «limpar» as cidades de improdutos e marginais.

O desencadeamento da operação está ainda em fase final de preparação.

A mesma fonte do Ministério do Interior acrescentou que a operação ainda não teve início porque envolve aspectos particularmente delicados que se não forem escrupulosamente respeitados poderão facilitar injustiças e violações à Constituição.

Ainda esta semana deverão ser anunciadas algumas medidas destinadas ao início da operação de evacuação dos centros urbanos, sublinhou.

Para organizar e dirigir esta operação foi constituída uma comissão a nível central integrando representantes de diversos sectores de actividade.

Esta comissão irá definir as diversas fases que caracterizarão a

operação, estabelecendo com rigor o tipo de pessoas que deverão abandonar os centros urbanos e as normas que terão de ser respeitadas neste processo para evitar violações da legalidade.

As estruturas de base que forem envolvidas nesta operação serão transmitidas com rigor orientações que elas deverão observar nas várias fases do processo e o comportamento que deverão ter para evitar a deturpação da medida calorosamente apoiada pela população no comício de 21 de Maio, em Maputo.

Segundo pudemos ainda apurar, a operação de evacuação propriamente dita será precedida em todas as cidades por um levantamento das pessoas que se considerem improdutivas e, voluntariamente, desejem par-

ticipar de modo mais activo no combate à fome.

Em algumas cidades do País, nomeadamente em certos bairros de Maputo, na Beira e em Nampula, este levantamento teve já início. Ele implicará no entanto também alguns aspectos organizativos, de modo a que se evite também certo tipo de irregularidades que afectem a acção posterior.

De acordo com uma notícia veiculada pelo Emissor da RM em Nampula, está em curso naquela cidade «o apuramento de todos os marginais e aqueles que, não tendo nenhuma ocupação, se transformam em parasitas»

Segundo a mesma notícia, a medida a ser executada em 45 dias, vai abranger as cidades de Nampula, Nacala-Porto e Angoche e foi recomendada pelo Seminário de Estudo e Divulgação das Decisões do 4.º Congresso, recentemente realizado na capital da Província.

Esta medida específica foi tomada face à situação social vivida naquelas cidades em consequência do êxodo do campo para a cidade de um grande número de pessoas que nos centros urbanos engrossam as fileiras dos desempregados.